

Ecoturismo de Base Comunitária no Contexto da Amazônia Brasileira

Esta Nota Técnica busca contribuir para a qualificação daqueles que atuam sobre os problemas decorrentes do desmatamento na Amazônia.



1. Introdução; 2. Ecoturismo: histórico, conceitos e importância para a conservação; 3. Ecoturismo de Base Comunitária: gestão com participação; 4. Benefícios e Desafios para a Implementação do Ecoturismo de Base Comunitária em Municípios da Amazônia; 5. Experiências Práticas de Ecoturismo de Base Comunitária no Pará; 6. Políticas Públicas e Principais Instrumentos Norteadores para o Incentivo ao EBC por Parte da Gestão Municipal; 7. Considerações Finais: oportunidades e recomendações para governos locais; 8. Referências Bibliográficas.

1. Introdução

Esta Nota Técnica tem por finalidade apresentar o histórico, os conceitos e a importância do ecoturismo como ferramenta de fortalecimento da organização comunitária, de geração de renda, de valorização cultural e de conservação; assim como discutir os benefícios e desafios dessa atividade na Amazônia e demonstrar experiências interessantes que possam ser multiplicadas.

Isto porque se considera importante compreender o ecoturismo como um instrumento de apoio à gestão ambiental, às iniciativas empreendedoras das comunidades tradicionais e rurais, ao desenvolvimento regional, aos esforços de conservação da natureza e à construção de uma sociedade mais solidária e participativa.

2. Ecoturismo: histórico, conceitos e importância para a conservação

Em decorrência do surgimento e da consolidação da ética ambiental, da busca por áreas naturais e da valorização da qualidade de vida, nota-se uma alteração na demanda turística na década de 1970.

A procura por programas de viagens mais pessoais e exclusivos, com ênfase na interação e na autenticidade das experiências, aumentou significativamente nesse período, formando um novo panorama do desenvolvimento do turismo.

Assim, nascem definições como a de ecoturismo e de turismo sustentável, evidenciando a importância de três fatores: o respeito ao meio ambiente; a harmonia entre as culturas e os espaços sociais das comunidades locais, sem agredi-las ou transformá-las; e a distribuição equitativa dos benefícios entre as comunidades receptoras, os turistas e os empresários do setor.

Reconhecido como grande ferramenta no crescimento econômico de um país, o turismo é considerado pela maioria dos Governos e comunidades uma excelente alternativa para o desenvolvimento local, em especial se essas comunidades encontram-se situadas em áreas naturais preservadas ou no entorno delas¹.

¹KINKER, 2002.

Ecoturismo de Base Comunitária no Contexto da Amazônia Brasileira

Esta Nota Técnica busca contribuir para a qualificação daqueles que atuam sobre os problemas decorrentes do desmatamento na Amazônia.

Nesse sentido, o segmento de natureza, com ênfase ao ecoturismo, vem progressivamente tornando-se mais popular tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento. Como diferencial, abrange em sua conceituação a experiência educacional interpretativa, a valorização das culturas tradicionais locais e a promoção da conservação da natureza e do desenvolvimento sustentável.

A participação do Brasil no mercado do ecoturismo é ainda muito pequena, se considerarmos que o país tem potencial para desenvolver vários segmentos do turismo de natureza, principalmente, no que se refere à visitação em Unidades de Conservação (UCs).

Na Amazônia, esse nicho de mercado do turismo associado à natureza vem se tornando uma realidade com características diversas, sendo as principais modalidades: os hotéis de selva², o turismo em Parques Nacionais e o Turismo de Base Comunitária (TBC)³, além do turismo de massa. O Estado do Amazonas figura como um dos maiores polos da oferta baseada nesses três elementos sugeridos, sendo Manaus a cidade de entrada da grande maioria dos turistas na Amazônia brasileira.

Esta região apresenta diversos casos de UCs, comunidades locais e organizações da sociedade civil que têm buscado o ecoturismo como ferramenta de desenvolvimento local. Como exemplos: a) no Amazonas: os Parques Nacionais (PARNA) de Anavilhas e do Jaú, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá e a Reserva Extrativista (RESEX) do Rio Unini; b) no Mato Grosso, o PARNA do Juruena; c) no Pará: a

Floresta Nacional (FLONA) do Tapajós e a RESEX Tapajós/Arapius.



Figura 1 – Turismo na FLONA do Tapajós, Santarém (PA).
Foto: Ana Gabriela Fontoura.

No entanto, a implementação dessa atividade não depende somente da quantidade ou da qualidade dos recursos naturais, os quais são abundantes no Brasil e na Amazônia. É necessário que esses recursos sejam trabalhados para se tornarem atrativos turísticos e que, no seu entorno, encontre-se infraestrutura turística e urbana, porque tal atrativo, por mais remoto que seja, pertence a algum Município que servirá de base aos visitantes⁴.

²FARIA, 2001.

³SANSOLO, 2007.

⁴SEABRA, 2001.

Ecoturismo de Base Comunitária no Contexto da Amazônia Brasileira

Esta Nota Técnica busca contribuir para a qualificação daqueles que atuam sobre os problemas decorrentes do desmatamento na Amazônia.

3. Ecoturismo de Base Comunitária: gestão com participação

O viés de inclusão e respeito às comunidades locais consta na definição do termo ecoturismo desde o seu surgimento. No entanto, a menção que se faz a esse quesito, geralmente, é superficial e/ou vaga – permitindo que, ao longo do tempo, a atividade passasse a ser discutida muito mais na esfera ambiental do que a partir de suas características socioeconômicas.

Com o intuito de enfatizar a participação comunitária na gestão, no planejamento, nas tomadas de decisões e nos benefícios da atividade ecoturística, surge então o termo Ecoturismo de Base Comunitária (EBC).

“Trata-se do turismo que tem suas bases na integração com os rumos do desenvolvimento regional, na gestão comunitária, na vivência e troca de saberes entre turistas e comunidades, na valorização cultural e ambiental e no amplo acesso aos benefícios do turismo⁵. ”

Esse modelo indica, principalmente, que a gestão do negócio é realizada pelas comunidades. Portanto, o emprego da abordagem participativa em todas as fases do processo (desde a prospecção inicial até a execução e avaliação dos serviços) é essencial para obter sucesso nas ações.



Figura 2 – Oficina de levantamento de potencial para ecoturismo, com uso de ferramentas metodológicas participativas para identificação de atrativos. Foto: Ana Gabriela Fontoura.

Como princípios importantes do EBC, apontam-se:

- i. É planejado e desenvolvido a partir da comunidade, pois é ela quem decide e organiza coletivamente o turismo em seus espaços.
- ii. Desempenha um papel de ação estruturante e complementar ao modo de vida local. O turismo deve auxiliar no fortalecimento das estruturas de organização comunitária e complementar (não substituir) as atividades tradicionais.
- iii. Estabelece oportunidades de aprendizado mútuo (intercâmbio de conhecimentos) entre turistas e comunitários – um aprende e ensina tanto quanto o outro.
- iv. Pratica a transparência nas relações e a divisão justa dos recursos financeiros. Todos os envolvidos (comunitários,

⁵ Conceito construído coletivamente durante o I Seminário de Ecoturismo de Base Comunitária do Tapajós/Arapiuns, realizado em junho de 2007, na

comunidade de Jamaraquá, FLONA do Tapajós, Município de Belterra (PA).

Ecoturismo de Base Comunitária no Contexto da Amazônia Brasileira

Esta Nota Técnica busca contribuir para a qualificação daqueles que atuam sobre os problemas decorrentes do desmatamento na Amazônia.

organizações parceiras e visitantes) conhecem o destino dos recursos das viagens, que são distribuídos de forma equilibrada entre as partes.

- v. Promove a conservação ambiental. As viagens respeitam as normas de conservação da região e procuram gerar o menor impacto ambiental e cultural possível.



Figura 3 – Turista aprendendo a torrar farinha de mandioca com morador de Boa Vista do Acará, em Acará (PA). Foto: Ana Gabriela Fontoura.

A forma mais comum de estudar/estruturar o mercado turístico é a partir da segmentação, ou seja, da reunião de turistas com perfis específicos em grupos que possuem afinidades e interesses semelhantes, em especial, a mesma motivação de viagem. Os segmentos mais expressivos, por fluxo de visitantes, são: turismo de lazer; de negócios ou compras; de eventos (congressos, convenções, feiras etc.); terceira idade; desportivo; ecológico; entre outros⁶.

Dessa forma, os Municípios e comunidades locais podem se organizar melhor para decidir quais tipos

de turismo pretendem incentivar em suas áreas, assim como para atender às expectativas dos turistas oferecendo serviços em consonância com os diferentes nichos de mercado.

Atualmente, diversos autores e projetos têm se referido ao TBC como mais um segmento turístico. No entanto, diante dos fundamentos que configuram as iniciativas “de base comunitária”, acredita-se que este é um modelo de negócio, uma forma de fazer a atividade acontecer – e não um novo tipo de turismo.

O segmento pode ser qualquer um daqueles mencionados anteriormente, mas a maneira como o turismo é implantado e realizado é o diferencial que representa a base comunitária. Portanto, a modalidade pode ser turismo religioso, por exemplo, e ser de base comunitária.

Como o EBC, no qual o segmento é o ecoturismo – sem dúvida o tipo com maior potencial e atratividade na Amazônia – o “de base comunitária” evidencia como ele ocorre (o modelo de negócio adotado).



Figura 4 – Vocação natural da Amazônia para o ecoturismo: pôr do sol no PARNA do Juruena (MT). Foto: Ana Gabriela Fontoura.

⁶ RODRIGUES, 2003.

Ecoturismo de Base Comunitária no Contexto da Amazônia Brasileira

Esta Nota Técnica busca contribuir para a qualificação daqueles que atuam sobre os problemas decorrentes do desmatamento na Amazônia.



O EBC vem se fortalecendo e consolidando cada vez mais como demanda nas Áreas Protegidas e/ou em seus entornos, pois o Brasil possui um vasto conjunto de UCs e Terras Indígenas (TI) com grande vocação para tal, especialmente, na Amazônia. Nesse sentido, há iniciativas recentes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)⁷ e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)⁸ que vão ao encontro das ações lideradas pelo Ministério do Turismo (MTur), a partir de 2008, e por várias organizações da sociedade civil, desde a década de 1990, em prol do turismo que tem suas raízes na diversificação da economia, na valorização histórico-cultural e no desenvolvimento local.

4. Benefícios e Desafios para a Implementação do Ecoturismo de Base Comunitária em Municípios da Amazônia

Apesar do EBC ser rotulado muitas vezes como objeto de interesse exclusivo das organizações não governamentais (ONGs) e comunidades – que logo verificam nele a possibilidade efetiva de melhoria na condição de vida e no bem-estar das pessoas –, acredita-se que as oportunidades do EBC são pertinentes também à iniciativa privada (*trade turístico*) e ao Poder Público.

Os principais benefícios e aspectos positivos da implantação desse modelo na Amazônia são:

- Geração de renda complementar.
- Valorização das iniciativas e ações de conservação e incentivo ao interesse da sociedade pela questão ambiental.
- Estabelecimento de uma cadeia de comércio justo em turismo no âmbito local e/ou regional (articulação entre Municípios).
- Formação de consumidores conscientes no turismo.
- Educação ambiental.
- Alternativa para quem está envolvido com atividades extrativistas ilegais.
- Estímulo à valorização dos ambientes onde o EBC acontece e ao sentimento de pertencimento dos moradores.
- Elevação da autoestima de populações tradicionais e rurais.
- Fortalecimento da organização comunitária e da capacidade de gestão de associações locais.
- Novos espaços de participação para grupos que, em geral, são vistos como encarregados de papéis coadjuvantes nos projetos produtivos das comunidades, como por exemplo, as mulheres e os jovens.
- Reconhecimento das manifestações culturais e do modo de vida tradicional como algo valioso, belo e interessante.

⁷ Lançamento de edital, em janeiro de 2016, para contratação de um consultor especializado em TBC.

⁸Instrução Normativa (IN) nº 3, de 11 de junho de 2015, que estabelece normas e diretrizes relativas às

atividades de visitação para fins turísticos em TI; e edital (002/2016), de julho de 2016, para seleção de um profissional para contribuir na implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de TI.

Ecoturismo de Base Comunitária no Contexto da Amazônia Brasileira

Esta Nota Técnica busca contribuir para a qualificação daqueles que atuam sobre os problemas decorrentes do desmatamento na Amazônia.



Figura 5 – Demonstração de como se faz uma peconha durante visita de EBC, valorizando a cultura extrativista. Foto: Ana Gabriela Fontoura.

No entanto, para estabelecer e consolidar o EBC na Amazônia brasileira deve ser levado em consideração que existem certos desafios a enfrentar, como:

- A extensa dimensão geográfica da região e o grau de dificuldade de acesso.
- As restrições de alcance do destino por um público maior, inclusive interno (brasileiros de outras regiões), por conta de altas tarifas de operação (passagens aéreas, aluguel de embarcações, combustível etc.) na Amazônia.
- Os longos períodos de deslocamento necessários para percorrer as distâncias entre um Município/atrativo e outro.
- O fato das políticas públicas voltadas ao setor ainda serem frágeis e encontrarem dificuldades de implementação na região.

- A oferta limitada de infraestrutura turística e de apoio nos Municípios.
- A escassez de mão de obra qualificada em turismo.
- O nível de interesse pequeno por parte da iniciativa privada (agências de viagens e turismo e meios de hospedagem) em comercializar roteiros de EBC e seguir a política de transparência e de divisão equilibrada dos recursos.
- O baixo grau de incentivo às habilidades empreendedoras e de gestão de negócios localmente.
- Os conflitos e o sentimento de parcelas da população de não aceitação das Áreas Protegidas como espaços capazes de gerar impactos positivos na economia local.



Figura 6 – MÁS condições das rodovias: Transamazônica entre os Municípios de Humaitá e Lábrea (AM). Foto: Ana Gabriela Fontoura.

Ecoturismo de Base Comunitária no Contexto da Amazônia Brasileira

Esta Nota Técnica busca contribuir para a qualificação daqueles que atuam sobre os problemas decorrentes do desmatamento na Amazônia.

5. Experiências Práticas de Ecoturismo de Base Comunitária no Pará

Conhecer projetos de grupos que já trabalham com EBC na Amazônia é um importante instrumento de gestão, pois propicia aprendizado, provoca reflexão e favorece o surgimento de novas ideias. No Pará, três casos específicos reúnem boas práticas nesse modelo de turismo: a Associação de Produtores Orgânicos de Boa Vista do Acará (APOBVA); o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB); e a Cooperativa de Turismo e Artesanato da Floresta (TURIARTE).

A comunidade Boa Vista do Acará, localizada no Município de Acará, Pará, está distante apenas 40 minutos de barco do centro de Belém (PA).

Em 2009, a Estação Gabiraba – operadora de EBC que atua na região Norte desde 2007 – elaborou de forma participativa um roteiro de ecoturismo, em parceria com a Associação de Produtores Orgânicos de Boa Vista do Acará (APOBVA). Desde então, realiza o roteiro em conjunto com trinta famílias que fazem parte da associação.

A comunidade tem participação ativa nas viagens, desde o desenho preliminar da programação até a realização das visitas e análise dos resultados. Todos os serviços (exceto o transporte terrestre em Belém para deslocamento dos hotéis até o porto) são oferecidos pelos moradores de Boa Vista do Acará. Eles têm clareza sobre cada parte do orçamento, que é decidido coletivamente pela Associação e a empresa.

Desde junho de 2009, o roteiro com operação conjunta com a Estação Gabiraba já recebeu cerca

de trinta grupos de visitantes, gerando uma receita de mais de vinte mil reais líquidos para a comunidade ao longo de sete anos de trabalho.

Em 2012, depois de três anos de criação e experimentação da viagem com a operadora pioneira, a APOBV passou a executar o roteiro também para outras agências de turismo (duas de Belém e uma de São Paulo) e para a empresa de cosméticos Natura, ampliando os impactos positivos gerados pelo turismo.



Figura 7 – Banho de cheiro e banho de igarapé em Boa Vista do Acará (PA). Foto: Ana Gabriela Fontoura.

O Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) é uma associação sem fins lucrativos, com sede na Ilha de Cotijuba, Município de Belém (PA). Foi criado em 1998, a partir do Grupo de Mulheres da Associação de Produtores da Ilha de Cotijuba (GM-APIC) e nomeado Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém em 2002. Tem como missão:

“Promover o desenvolvimento social e econômico da região através da produção ecossustentável e contribuir para um desenvolvimento humano igualitário e social das mulheres e homens das ilhas de Belém, sem discriminação política, partidária, religiosa, étnica e social⁹.”

⁹ Instituto Brasil Justo, 2016.

Ecoturismo de Base Comunitária no Contexto da Amazônia Brasileira

Esta Nota Técnica busca contribuir para a qualificação daqueles que atuam sobre os problemas decorrentes do desmatamento na Amazônia.

Dentre as ações e os projetos liderados pelo MMIB, destacam-se: a produção de papel artesanal (fibra de bananeira) e reciclado (papelão, papel e forma de ovo); o beneficiamento de sementes; a criação de biojoias¹⁰; o preparo de mudas nativas para reflorestamento; a inclusão digital e o TBC.

Os passos iniciais do MMIB em relação ao turismo ocorreram no ano 2000, quando foram realizadas pelo professor Me. Eduardo Lima dos Santos Gomes, com suporte da FASE/PA, três oficinas de sensibilização: “Desenvolvimento Comunitário para o Ecoturismo”, “Agente Comunitário de Turismo” e “Técnicas de Agenciamento Comunitário”¹¹.

Com a conclusão desse primeiro ciclo de debates, os integrantes do MMIB passaram a acreditar na possibilidade de desenvolvimento de um turismo mais participativo e inclusivo na Ilha de Cotijuba e deram continuidade às ações de formação e implantação de roteiros de TBC.

Hoje, os integrantes do MMIB recebem grupos de visitantes de diversas cidades do Brasil e do exterior, por meio de parcerias com agências de viagens e turismo, empresas, ONGs e órgãos de Governo. O maior interesse dos visitantes é conhecer de perto o histórico e a atuação dessa organização social local com quase vinte anos de presença marcante nas ilhas de Belém.



Figura 8 – Grupo de visitantes conhecendo o MMIB na Ilha de Cotijuba, Belém (PA). Foto: Ana Gabriela Fontoura.

Por fim, ressalta-se o caso da Cooperativa de Turismo e Artesanato da Floresta (TURIARTE), fundada em 2015 por setenta sócios – sendo 54 mulheres e 16 homens, e composta por lideranças de oito comunidades do rio Arapiuns, no Município de Santarém (PA).

Apesar da formalização recente enquanto cooperativa, os representantes das comunidades ribeirinhas que constituem o quadro de fundadores da TURIARTE participam desde 2002 da implementação do EBC na região, em parceria com a ONG Projeto Saúde & Alegria (PSA).

¹⁰ Bijuterias confeccionadas utilizando materiais de natureza orgânica (vegetal ou animal), como sementes, folhas, couros, ossos etc.

¹¹ GOMES, GOMES e SILVA JUNIOR, 2012.

Ecoturismo de Base Comunitária no Contexto da Amazônia Brasileira

Esta Nota Técnica busca contribuir para a qualificação daqueles que atuam sobre os problemas decorrentes do desmatamento na Amazônia.

O PSA começou a receber visitantes em Santarém em 1987, quando iniciou seu trabalho nesse território. Na época, era frequente a presença de financiadores e apoiadores para monitorar e conhecer os projetos em andamento. A partir de 2002 começou a se dedicar ao desenvolvimento do EBC como uma alternativa de geração de renda aos moradores.



Figura 9 – Oficina de artesanato em palha de tucumã, realizada com turistas na comunidade Urucureá, no rio Arapiuns, Santarém (PA). Foto: Ana Gabriela Fontoura.

Após 13 anos investindo em diversas ações voltadas à consolidação do EBC como opção de atividade econômica sustentável para os povos da floresta em Santarém, o PSA concluiu que para o empreendimento comunitário crescer e se fortalecer ainda mais, era necessário incentivar a criação da Cooperativa visando à comercialização e operação das viagens.

A TURIARTE desempenha o papel de uma agência de viagem e turismo, organizando e executando roteiros turísticos pelos rios Tapajós e Arapiuns, entre comunidades tradicionais e áreas de floresta primária, e administrando estruturas de apoio como as pousadas e os restaurantes comunitários. Além disso, comercializa artesanato, importante produção associada ao turismo nessa região.

As três experiências apresentadas são possíveis de serem multiplicadas em outros Municípios e comunidades.

Elas possuem várias boas práticas em comum, como exemplos: seguem os princípios do EBC; contam com forte protagonismo dos comunitários e as atividades propostas em seus roteiros convidam os turistas a vivenciarem o modo de vida local, desencorajando-os a manterem uma posição passiva (de quem apenas recebe algo) diante da visita e possibilitando a interação entre os diversos atores sociais.

6. Políticas Públicas e Principais Instrumentos Norteadores para o Incentivo ao EBC por Parte da Gestão Municipal

O turismo no Brasil, desde 2003, experimenta um processo de evolução intenso, principalmente, com a criação do MTur como órgão governamental independente. A partir desse marco, o país passa a ter a configuração institucional sustentada na atuação de três entidades: a Secretaria Nacional de Políticas do Turismo, a Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo e o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR).

Diante disso, uma série de programas e iniciativas específicas vem sendo colocadas em prática, visando à organização da atividade por segmentos (segmentação turística), à qualificação dos recursos humanos, ao estímulo para o crescimento do turismo interno, à captação de turistas estrangeiros e à estruturação de destinos.

Na esfera estadual, conta-se com as Secretarias de Estado de Turismo ou com as Empresas ou

Ecoturismo de Base Comunitária no Contexto da Amazônia Brasileira

Esta Nota Técnica busca contribuir para a qualificação daqueles que atuam sobre os problemas decorrentes do desmatamento na Amazônia.



Superintendências Estaduais de Turismo – órgãos oficiais com status de Secretaria, como estabelecido no Amazonas e em Rondônia, respectivamente.

Como espaços centrais de discussão de políticas públicas se destacam: o Conselho Nacional de Turismo (CNT), o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR), os Fóruns/Conselhos Estaduais de Turismo nas 27 Unidades da Federação e os Fóruns/Conselhos Municipais de Turismo.

O principal instrumento de planejamento e gestão do turismo hoje no Brasil é o Plano Nacional de Turismo (PNT) 2013/2016, que tem como subtítulo: *O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil*. O PNT traz as orientações estratégicas para a realização dessa atividade no território brasileiro, definindo quais as contribuições do setor para o desenvolvimento econômico, social e a erradicação da pobreza. Do ponto de vista da gestão, destacam as diretrizes que devem nortear as ações na área, como: a participação e o diálogo com a sociedade, a geração de oportunidades de emprego e de empreendedorismo, o incentivo à inovação e ao conhecimento, e a regionalização enquanto abordagem territorial e institucional para o planejamento.

Segundo o PNT¹², a participação do turismo na economia brasileira já representa 3,7% do PIB do país. De 2003 a 2009, o setor cresceu 32,4%, enquanto a economia brasileira apresentou expansão de 24,6%¹³. Estima-se que para o ano de 2022 o turismo seja responsável por 3,63 milhões de empregos¹⁴. Estão incluídos como geradores de

empregos diretos os ramos de hotelaria, agências de viagens, companhias aéreas, outros tipos de transporte de passageiros, restaurantes e lazer.

De acordo com análises da Organização Mundial do Turismo (OMT), o fluxo de turismo interno – brasileiros viajando pelo próprio país – pode ser superior em até dez vezes a movimentação de chegadas internacionais no Brasil nos próximos anos¹⁵. Esta afirmação ressalta a necessidade e relevância de criação de estratégias para atrair o público nacional para a Amazônia, ainda que a região seja conhecida como um destino caro e/ou afastado da realidade da maioria dos brasileiros.

A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) comparou a quantidade de viagens domésticas entre 2001 e 2006, e concluiu que houve um aumento de 26,5% no número de saídas desse caráter no Brasil¹⁶. Devido à competição entre as empresas de turismo no mercado, à concorrência e promoções, além das constantes campanhas do MTur incentivando os cidadãos a conhecerem mais o seu próprio país, estima-se que esses índices se elevem no futuro.

Outros documentos norteadores, além dos PNT, são os Planos Estaduais de Turismo e os Planos Municipais de Turismo, que visam conectar objetivos e metas às estratégias e resultados esperados com os programas, ações e projetos da gestão pública dos Estados e Municípios visando ao incremento do turismo.

¹²MTur, 2013.

¹³MTur, 2012.

¹⁴MTur, 2012.

¹⁵OMT, 2005.

¹⁶Fipe, 2006.

Ecoturismo de Base Comunitária no Contexto da Amazônia Brasileira

Esta Nota Técnica busca contribuir para a qualificação daqueles que atuam sobre os problemas decorrentes do desmatamento na Amazônia.



Uma ferramenta importante para o ordenamento do turismo nos Municípios é o Inventário da Oferta Turística (IOT). O IOT é uma das ações do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, do MTur, e objetiva o levantamento, a identificação e o registro dos atrativos, serviços e equipamentos de infraestrutura de apoio ao turismo, como instrumento base de informações para fins de planejamento e gestão da atividade.

Com a inventariação da oferta turística, podem ser conhecidas as características e a dimensão dessa oferta de produtos e serviços, o que precisa ser aperfeiçoado, assim como quais iniciativas devem ser tomadas de modo a permitir aos Municípios e às regiões desenvolver o turismo de forma sustentável.

Todos esses elementos relativos às políticas públicas devem ser considerados no momento em que são definidas as diretrizes para o turismo nos Municípios da Amazônia, pois é essencial que as decisões em âmbito municipal estejam alinhadas às políticas nacionais e estaduais, para que as metas não sejam traçadas em desacordo com o contexto regional e nacional.

7. Considerações Finais: oportunidades e recomendações para Governos Locais

Esta Nota Técnica buscou esclarecer aspectos-chave do modelo de gestão do EBC e das possibilidades de relacionar essa ferramenta de organização e participação das comunidades à gestão ambiental municipal no Bioma Amazônia. Uma abordagem sucinta e inicial, visando

despertar o interesse e chamar a atenção para a complexidade e o espectro de oportunidades que o tema oferece.

Como principais recomendações aos Governos Locais que pretendem desenvolver e/ou aprimorar ações e políticas de apoio ao EBC, apontam-se:

- Incentivar a qualificação constante dos gestores para atuarem no planejamento e na implantação do turismo.
- Formar uma equipe de suporte técnico para os gestores, por meio de convênios com universidades e centros de pesquisa.
- Elaborar ou atualizar o Inventário da Oferta Turística de seus Municípios, considerando as iniciativas de base comunitária no estudo.
- Realizar avaliação detalhada do potencial para o turismo em seus Municípios, com foco no modelo de gestão comunitária das atividades.
- Alinhar com outros órgãos das esferas estadual e federal a elaboração de Planos de Uso Público (PUP) das UCs presentes nos seus Municípios.
- Implantar sistema de gestão da segurança nas atividades de visitação.
- Realizar estudos de monitoramento de impactos e de viabilidade econômica de atividades, estruturas de acampamento, alojamento e pousadas comunitárias próximas aos principais atrativos turísticos.

Ecoturismo de Base Comunitária no Contexto da Amazônia Brasileira

Esta Nota Técnica busca contribuir para a qualificação daqueles que atuam sobre os problemas decorrentes do desmatamento na Amazônia.



- Oferecer cursos de formação/capacitação de condutores de turismo, com programa especialmente desenvolvido para o ambiente natural e em concordância com a Norma ABNT NBR 15285 – Condutores – Competência de Pessoa.
- Promover oficinas de aperfeiçoamento da culinária e do artesanato com os moradores, valorizando boas práticas e a utilização de insumos locais.
- Estimular o desenvolvimento de habilidades empreendedoras dos comunitários, com formações específicas sobre gestão de negócios.
- Ampliar programas de turismo e/ou criar novas políticas públicas visando à inclusão do EBC na pauta de discussão do setor.
- Criar, reativar e/ou manter atuantes os Fóruns Municipais de Turismo e o diálogo constante com as estâncias estaduais.
- Promover visitas educacionais com crianças, acompanhadas dos responsáveis, aos principais atrativos turísticos dos Municípios, para ampliar a sensibilização da população local quanto ao tema.
- Recomendar a contratação de condutores locais e serviços das comunidades nos Centros de Atendimento ao Turista (CATs) e nos vários canais de comunicação utilizados pelos Governos (páginas na internet, folhetos, mapas etc.).
- Incentivar que lideranças comunitárias participem de eventos regionais e nacionais sobre turismo, como feiras e congressos, para que conheçam o universo macro da atividade turística e valorizem os esforços que estão sendo dedicados em sua comunidade.
- Promover viagens de intercâmbio para comunitários dos seus Municípios conhecerem outros projetos de EBC na Amazônia e aprenderem a partir da vivência como turistas em outras comunidades, com os erros e acertos de grupos mais experientes nessa área.
- Realizar viagens de familiarização (*famtours*) para jornalistas e operadores de viagens de fora da região conhecerem as iniciativas de EBC dos Municípios.

Considera-se o EBC oportuno e estratégico para a dinamização do desenvolvimento local sustentável na região amazônica brasileira.

8. Referências Bibliográficas

FARIA, I. F. (coord). *Turismo: Sustentabilidade e novas territorialidades*. Universidade do Amazonas: Manaus-AM, 2001.

FIPE. *Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil*. São Paulo-SP, 2006.

FUNAI, 2015. *Instrução Normativa Nº 3, de 11 de junho de 2015*. Brasília – DF.

FUNAI, 2016. *Projeto BRA 13/019: Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas*. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/aep/>

Ecoturismo de Base Comunitária no Contexto da Amazônia Brasileira

Esta Nota Técnica busca contribuir para a qualificação daqueles que atuam sobre os problemas decorrentes do desmatamento na Amazônia.



ProjetoBRA13019.EDITAL0022016.Consultoria%20

Etnoturismo.pdf. Acesso em: 19/07/16.

GOMES, E. L. S.; GOMES, E. C. B. e SILVA JUNIOR, B. C. *Trilhas do MMIB: roteiro de experiência do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém/PA*. 5º Congresso Latino-Americano de Investigação Turística: São Paulo-SP, 2012.

ICMBio, 2016. *Processo Seletivo Simplificado referente à publicação do Edital nº 001\2016 de 07/01/2016*. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/DCOM_Edital_001_2016_BRA08_023_guia_base_comunitaria.pdf. Acesso em: 02/07/16.

INSTITUTO BRASIL JUSTO, 2016. Disponível em: <http://www.institutobrasiljusto.org.br/MMIB.html> Acesso em: 14/07/16.

KINKER, S. *Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais*. Ed. Papirus: Campinas-SP (Coleção turismo) 2002.

MTur, 2012. *Turismo já representa 3,7% do PIB*. Out.2012. Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20121010-2.html>. Acesso em: 04/06/16.

OMT. *Proyecto de Libro Blanco – Una mirada al futuro del turismo de la mano de la Organización Mundial del Turismo*, 2005.

Plano Nacional de Turismo 2013-2016. Brasília-DF: MTur, 2013.

RODRIGUES, S. R. *Segmentação do Turismo*. Revista Turismo. Disponível em: <http://www.revistaturismo.com.br/artigos/segmentacao.html>, 2003. Acesso em: 22/07/16.

SANSOLO, D. G. *Espaços do Patrimônio Natural: o olhar do turismo*. In: Patrimônio, Natureza e Cultura. Ed. Papirus: Campinas-SP, 2007.

SEABRA, G. de F. *As Rotas Culturais do Turismo Sertanejo*. Conceitos (João Pessoa). João Pessoa-PB: 2001.

É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.



PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO
GESTÃO AMBIENTAL

ibam

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM
Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – Municípios do Bioma Amazônia – PQGA
Rua Buenos Aires nº 19 – Centro – RJ
Email: contato-amazonia@ibam.org.br | Web: amazonia-ibam.org.br
Autora: Ana Gabriela da Cruz Fontoura
Consultora do PQGA/IBAM
Turismóloga pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e especialista em Estudos Ambientais pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) Minas Gerais.